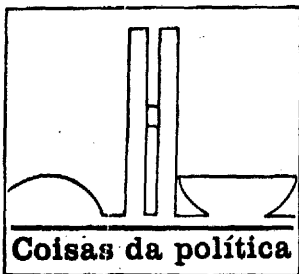


O enterro da prévia e a renúncia de Sarney

O enterro da proposta de realização de uma consulta prévia para indicar um único candidato do PDS à sucessão presidencial provocou, além da dramática renúncia do Senador José Sarney, uma expressiva demonstração de força e de capacidade de



Coisas da política

mobilização do malufismo, o fim da fugaz aliança Aureliano-Andreazza, e o fechamento definitivo das portas do PDS para o Vice-Presidente da República. Esta era a avaliação feita ontem por parlamentares e fontes do Governo para os quais o processo sucessório acabou por cristalizar-se como estava há uma semana, depois da efêmera euforia provocada nas bases partidárias pelo lançamento da prévia defendida pelo Senador Sarney e, num primeiro momento, apoiada pelo Presidente Figueiredo.

A nota lida no sábado pelo Ministro Leitão de Abreu, dando conta de que o Presidente passava ao PDS a responsabilidade pela realização da prévia, dela se desvinculando desde que um dos candidatos — o Deputado Paulo Maluf — se recusava a participar de qualquer prévia que não fosse a convenção, esvaziou definitivamente a idéia defendida com empenho pelo presidente José Sarney e pelo líder Nelson Marchezan. A carta enviada pelo Presidente ao Senador Sarney, mais ou menos nos termos da nota do Ministro Leitão de Abreu, foi, mais do que uma gota d'água, a retirada da escada na qual se apoiava o presidente do PDS.

Pelo que se sabe, o Presidente Figueiredo não foi suficientemente alertado para o fato de que, ao dar luz verde ao Senador Sarney para que anunciasse a prévia, estava, para todos os efeitos, passando a influir na escolha do candidato do PDS, beneficiando claramente o Vice-Presidente Aureliano Chaves, provavelmente o Ministro Andreazza, e prejudicando o Deputado Paulo Maluf, que tinha indicações seguras de que o Presidente não mais "atrapalharia" sua candidatura. A contunência da reação malufista deve ser compreendida nesse contexto.

Além do mais, o Presidente não precisou de 24 horas para verificar que a consulta prévia às bases do PDS, além de dividir ainda mais o partido, teve o efeito fulminante de reanimar as oposições unidas em torno da cantilena das "diretas já", reavivar a liderança do Deputado Ulysses Guimarães e, mais uma vez, prejudicar a luta difícil e delicada do Governador Tancredo Neves e seus "moderados" para assumir o controle do

PMDB. Finalmente, o Presidente Figueiredo terá considerado que, ao apoiar incondicionalmente a versão pedessista das primárias norte-americanas, estava, indiretamente, admitindo a tese oposicionista da falta de representatividade e autenticidade do processo sucessório vigente, cujos marcos são as convenções partidárias de setembro e o Colégio Eleitoral de janeiro. O único resultado benéfico ao anúncio da prévia — ironizava um integrante do staff malufista — havia sido o de promover a volta ao redil do PDS do Vice-Presidente Aureliano Chaves.

As reações do Governador Tancredo Neves e de alguns dos seus aliados, como o Senador Fernando Henrique Cardoso e o secretário de governo de São Paulo, Roberto Gusmão, não deixaram dúvidas sobre a quem interessava e a quem não interessava a realização da prévia do PDS. Quando o Senador Fernando Henrique Cardoso criticou o plebiscito que o Comitê Suprapartidário pelas Eleições Diretas resolveu promover no mesmo dia em que se realizaria a prévia pedessista, estava chamando a atenção para o fato de que, a menos de 90 dias das convenções, não dá para inventar mais nada. E de que a única chance de o PMDB fazer o próximo Presidente da República não é pela via direta, mas pela indireta, sendo o Governador de Minas o candidato único das oposições. Quando o secretário Roberto Gusmão disse que a prévia do PDS dividiria ainda mais o partido do Governo, não estava repetindo o que se ouvia nas hostes malufistas. Estava dando um recado, não muito cifrado, de que qualquer prévia ou plebiscito, agora, só serviriam para radicalizar o processo sucessório. E que a radicalização do processo só tem dois ou três beneficiários, dos quais os dois óbvios são Paulo Maluf, de um lado, e Ulysses Guimarães, do outro. O terceiro não sairia do processo convencional previsto, mas de uma indesejável solução político-militar, do qual não quer ser beneficiário o Presidente Figueiredo, que desautorizou e repeliu, pela boca do Ministro Leitão de Abreu, "especulações que envolvam seu nome em fórmulas que impliquem contínuismo no cargo que ocupa".

Resta agora saber se o trabalho do Senador Aderbal Jurema, relator da Emenda Figueiredo, não terá sido em vão, atropelado que foi pela tentativa mais recente de se unir o PDS. O que interessa agora — dizia um membro da executiva do partido do Governo — é decidir se o próximo Presidente terá um mandato de quatro ou de seis anos.

LUIZ ORLANDO CARNEIRO

Diretor do JORNAL DO BRASIL em Brasília